



CICLO DE DEBATES 2022

Exclusivo para
sindicalizados
nos sindicatos
da FENPROF

em VIDEOCONFERÊNCIA

Curso de Formação Certificado pelo CCFCP

Nº de registo: CCPFC/ACC 113943/22

NOTA1: A presença e participação em **todos** os debates permitirá o acesso à certificação do ciclo de debates como curso de formação acreditado pelo CCPFC.

NOTA 2: Cada debate terá a certificação como Ação de Curta Duração.

Inscrições em <https://web.fenprof.pt/cfjsalvadosampaio>

- a) Para os debates individuais: Ação de Curta Duração — até 5 dias antes de cada debate
- b) Para a inscrição em todos os debates: Curso de Formação – até 20 de fevereiro



Ciclo de Debates 2022 | Ficha de Inscrição

Dados Pessoais

Nome: _____

Data de nascimento: |__|_|/|__|_|/|__|_|_|_|

BI / CC: |__|_|_|_|_|_|_|_|_|

Telefone (Casa): |__|_|_|_|_|_|_|_|_|

Telemóvel: |__|_|_|_|_|_|_|_|_|

e-mail: _____

Necessita de intérprete de Língua Gestual Portuguesa? Sim Não

Dados Profissionais

Ensino Público > Quadro de Escola / Agrupamento: QZP: Contratado:

Ensino Privado > Particular e Cooperativo: IPSS / Misericórdia:

Habilitações: Doutoramento: Mestrado: Licenciatura: Bacharelato:

Nível de ensino: _____ Grupo disciplinar |__|_|_|

Escola / Jardim de Infância / Serviço onde exerce: _____

Escola / Jardim de Infância / Serviço a que pertence: _____

Sócio do SPN: SPRC: SPGL: SPZS: SPM: SPRA: SPE:

N.º: |__|_|_|_|_|

Pretendo inscrever-me nos seguintes debates (Ações de Curta Duração-ACD). Até 5 dias antes de cada debate

23 de fevereiro - "Educar para a Democracia e a Cidadania"

9 de março - "Interculturalidade numa escola que não pode ser monolítica"

23 de março - "O combate ao Racismo começa na escola"

20 de abril - "Respeitar a diversidade, garantir a igualdade de género"

4 de maio - "Escola a tempo inteiro?! E que tempo para ser criança?"

18 de maio - "Lidar com a indisciplina na escola"

1 de junho - "Identidade Profissional, Profissionalismo e o ato de ensinar"

SOMENTE a inscrição e participação em TODOS os debates dará acesso a certificado de Curso de Formação da Ação de 25 horas certificado pelo CCFCP.* [INSCRIÇÃO ATÉ 20 DE FEVEREIRO]

* Obrigatoriedade de entrega de trabalho final (máximo 5 mil caracteres; incluir todos os temas dos debates)

* Ver regras/critérios no site

>>>> A inscrição pode ser feita *online* na página da FENPROF ou na do teu Sindicato.

23 de fevereiro (17h00 - 20h00)

Educar para a Democracia e a Cidadania



Mª do Céu Pires
(Docente do Ensino Secundário)

RESUMO: Vivemos um momento histórico caracterizado pela incerteza e por um conjunto de crises, económica, social, climática, de saúde e de sentido. O modo de vida e os valores que prevaleceram nas últimas décadas do século XX sofreram profundas alterações. Aqui, inclui-se também a forma de organizar a vida em conjunto, a democracia. Esta encontra-se bastante fragilizada e, com frequência, os princípios do Estado de Direito são postos em causa pelos populismos. Torna-se, assim, necessário dar “nova vida” à democracia e, por consequência, ao conceito de cidadania. Num mundo globalizado e onde a realidade virtual é quase omnipresente, como podemos educar para a cidadania? E de que cidadania se trata? Como devemos enfrentar os desafios que a tecnologia e a inteligência artificial colocam? Que conhecimentos e competências devem ser desenvolvidos?

Partindo de um inventário dos problemas que me parecem mais acutilantes, tentarei mostrar a urgência de retomar a ligação entre a política e a ética, e de pensar a educação como área que, sendo atenta aos contextos e às particularidades de cada época, não ignore valores que são universais.



Ilda Figueiredo
(Conselho Português para a Paz e Cooperação)

RESUMO: A importância da Constituição da República Portuguesa na definição dos conceitos de democracia, cidadania e paz.

A realidade na prática destes direitos constitucionais.
Exemplos da vida e da escola.

A importância da defesa da paz no mundo complexo que vivemos

O envolvimento dos jovens ,através da sua participação cidadã,nas tomadas de decisão e na defesa de um mundo melhor,mais justo,,num mundo de paz.



Isabel Menezes
(Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto)

RESUMO: Embora a educação para a cidadania, sob designações várias, sempre tenha estado na agenda da escola pública, a sua relevância e configuração são de extrema variabilidade, tanto nas políticas quanto nas práticas educativas. A sustentação para estas oscilações tende a ser diversa e (ilusoriamente) dicotomizada – a ênfase nas aprendizagens “básicas”, o foco na capacitação para a vida –, mas parece assentar numa noção de que “a política” é um assunto “do futuro”, demasiado complexo e sério para crianças e jovens. Esta visão colide com a noção arendtiana da política como emergente no “espaço-entre-pessoas” diferentes, como resultante do facto da pluralidade humana e, portanto, inevitável na vida – e também nas escolas.

Ilustrarei este argumento com base a investigação que temos realizado com crianças e jovens e seus/suas professores/as em escolas do ensino básico e secundário.

9 de março (17h00 - 20h00)

Interculturalidade numa escola que não pode ser monolítica



Paulo Feytor Pinto
(Associação de Professores para a Educação Intercultural)

RESUMO: Os meus contributos para o debate sobre a interculturalidade na escola organizam-se em três tópicos. Primeiro, contributos para uma compreensão abrangente daquilo que é a interculturalidade, a educação intercultural e o próprio conceito de cultura. Depois, a análise da mudança que se tem operado, em Portugal, nos destinatários da intervenção intercultural em contexto escolar. Por fim, apresentarei alguns exemplos de operacionalização transversal da interculturalidade em quatro diferentes disciplinas do currículo. A minha intervenção terá como pano de fundo a área disciplinar de Cidadania e Desenvolvimento.



Aníbal Pires
(Docente Aposentado, Mestrado em Relações Interculturais)

RESUMO: As sociedades estão a passar por transformações profundas e esta realidade provoca nas pessoas e nos grupos sentimentos e desejos contraditórios - insegurança, medo novidade e esperança. Se estes sentimentos são, por um lado, geradores de conflitualidade, de conformismo e apatia, mas, por outro lado, são potenciadoras de novas vontades e criatividade para a edificação de um mundo mais humano e solidário, assente nos valores universais consagrados nos Direitos Humanos e na aceitação de um Mundo (Escola) constituído por múltiplas vozes.

O impacto que estes novos e diversos fenómenos sociais têm no quotidiano escolar é cada vez maior e a Escola não pode ignorar esta realidade.

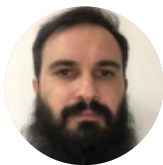
A sociedade contemporânea é culturalmente diversa e a Escola reflete essa multiplicidade de culturas e diferenças. A Escola não pode, ou não deve, homogeneizar procedimentos para responder à diversidade cultural e às diferenças que acolhe. A uniformização educativa e cultural cerceia a criatividade, promove o insucesso e a exclusão social.

A Escola como espaço culturalmente diversificado, inclusivo e promotor da educação para a(s) cultura(s) e de reconhecimento da diferença.



Sara Caetano
(Alto Comissariado para as Migrações)

RESUMO: Os desafios da diversidade cultural nas escolas Interculturalidade ou Multiculturalidade Como é uma Escola Intercultural?



Artur Ferreira

(Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres, Lisboa)

RESUMO: A nossa Unidade Orgânica esforça-se por fomentar práticas inclusivas, onde coexistem crianças desde o Pré-Escolar até ao 9ºano de Escolaridade. Neste momento temos cerca de 1/3 de alunos estrangeiros, de 30 nacionalidades, e um grande número de alunos com Necessidades de saúde Específicas (NSE), à volta de 70. Aliado a isto, cerca de 65% de alunos beneficiários de Ação Social Escolar (ASE). É sem dúvida um trabalho desafiante, mas feito em parceria com todos os profissionais da Escola e comunidade Escolar.

Os desafios são imensos, mas gostamos que todos aprendam com todos. O Projeto Educativo do AEPP assenta em dois pilares fundamentais: Inclusão e interculturalidade. Não é o caminho mais fácil, mas é o que queremos e o que me sinto mais realizado a fazer.

Neste momento, em parceria com a Fundação Cidade de Lisboa, temos o projeto "Academmmia CV.pt", em que voluntários estão na nossa escola a ajudar a quebrar a barreira da Língua. Este ano, pela primeira vez, já estamos autónomos na seleção dos voluntários e alocamos um recurso humano para esse fim, para trabalhar em estreita parceria com a Fundação Cidade de Lisboa e a Associação "renovar a Mouraria". Este projeto, entre outros, é uma das faces mais visíveis daquilo que pretendemos fazer e dos resultados (além dos académicos) que pretendemos alcançar.

A pandemia e a falta de recursos humanos não tem facilitado o nosso trabalho mas, em conjunto com a Comunidade Escolar, tentamos fazer o melhor, sempre com um espírito de grande abertura para a diferença, com a finalidade de alcançar não a igualdade, mas a equidade.

Em suma, na nossa escola trabalha-se com a diferença, para que não haja diferenças.

23 de março (17h00 - 20h00)

O combate ao Racismo começa na escola



Marta Araújo

(Centro de estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

RESUMO: Apesar do racismo ter recentemente entrado no debate público alargado em Portugal - em consequência da mobilização social inter/nacional e no contexto de exacerbamento das desigualdades em consequência da pandemia COVID 19 - este fenómeno continua a ser marginal nas políticas públicas para a igualdade, na formação de professores e nos debates sobre a identidade nacional em contexto escolar. Nesta intervenção, a partir de investigação empírica no âmbito da educação, procuro problematizar a ausência de uma agenda política sobre racismo e discriminação étnico-racial no contexto português, apesar dos discursos oficiais sobre interculturalidade. Através da análise do currículo e manuais escolares no ensino da história, pretendo ilustrar o papel da escola na perpetuação da injustiça racial, e, simultaneamente, identificar possibilidades para o seu desafio.



Ariana Furtado

(Docente do 1ºCEB)

RESUMO: Observo com preocupação a persistência de violentos casos de racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de intolerância e que as teorias de superioridade de certas raças sobre outras, promovidas e praticadas durante o período colonial, continuam a ser propagadas de uma forma ou de outra ainda hoje em dia.

É desta observação que nasceu a vontade de fazer este projeto, pensado para abordar assuntos urgentes, e vitais, como colonialismo, eurocentrismo, escravatura, discriminação, racismo. Acredito profundamente na comunhão entre os valores e normas dos Direitos Humanos e a luta antirracista, baseada também nos princípios orientadores da Década Internacional dos Afrodescendentes.



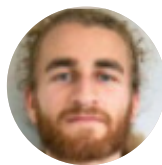
Pedro Ferreira

(Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto)

RESUMO: A apresentação partirá da afirmação do que poderá, no campo da educação política, configurar uma perspectiva que não só está atenta às diferenças e às suas consequências, mas que também desafia e interroga os lugares de poder que produzem e reproduzem essas diferenças. A discriminação, enquanto experiência de diferentes grupos dentro e fora do espaço escolar, é relevante educacionalmente e poderá contribuir para a construção de uma perspectiva pessoal e colectiva sobre o que há a mudar no espaço escolar e a partir deste. Com base em dados recolhidos no ano de 2020 em escolas de oito distritos, envolvendo as respostas a um inquérito por 1038 estudantes do ensino profissional em Portugal, nesta apresentação discute-se a importância de características dos contextos escolares - como o clima escolar e a abertura à discussão sobre questões sociais - para a construção de um lugar, na escola, de uma educação anti-racista que possibilite uma efectiva consciência, crítica e subjectivação dos/as alunos/as.

20 de abril (17h00 - 20h00)

Respeitar a diversidade, garantir a igualdade de género



Tomás Anjos Barão

(Projeto Educação LGBTI da Rede Ex Aequo)

RESUMO: Pequena apresentação do Projeto Educação LGBTI O enquadramento das nossas sessões no panorama da Educação; Impacto e desafios.



Ana Cristina Santos

(Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

RESUMO: Portugal é reconhecido internacionalmente como um país no qual, formalmente, se respeitam os direitos de pessoas lésbicas, gay, bissexuais, trans, intersexo ou outras (LGBTI+). No entanto, estudos que temos desenvolvido sobre diversidade LGBTI+ em meio escolar, em meio laboral ou entre a população com mais de 60 anos revelam profundas desigualdades que resistem às alterações jurídicas mais promissoras, resultando em formas tácitas ou explícitas de violência estrutural. Esta intervenção será apoiada por exemplos e pela sugestão de medidas de intervenção específica visando promover no quotidiano a diversidade sexual e de género ao longo da vida.



Fátima Messias

(Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN)

RESUMO: Estes tempos de pandemia têm servido de pretexto para provocar um retrocesso no direito à igualdade e à não discriminação, em particular sobre a igualdade de género. Importa identificar os riscos, encarar os novos desafios e criar dinâmicas que contrariem o retrocesso que está em curso, em especial no mundo do trabalho.



Luís Pinheiro

(Gabinete de Apoio à Vítima para a Juventude LGBTI+ da Casa Qui)

RESUMO: A escola apresenta-se como um dos principais contextos da juventude e por isso mesmo, tem de ser trabalhado para ser um lugar totalmente inclusivo. As questões associadas às identidades e expressões de género e orientações sexuais não normativas estão cada vez mais presentes nas escolas portuguesas e nesse sentido é essencial que a escola responda de forma correta e célere as necessidades destes e destas alunas. A juventude LGBTI+ apresenta sintomatologia psicopatológica superior aos seus colegas héterocisnormativos devido ao stress minoritário que sentem, por pertencerem a uma minoria social.

As experiências de discriminação e estigma que esta juventude enfrenta é um dos fatores que pesa bastante no empobrecimento da sua saúde mental. Uma escola pública e inclusiva deverá proteger esta juventude da discriminação e preconceito que recai sobre ela e em simultâneo formar jovens para serem cidadãos respeitadores de todas as pessoas. Só assim a escola pública terá alcançado um dos seus grandes propósitos: formar os cidadãos de amanhã.

4 de maio (17h00 - 20h00)

Escola a tempo inteiro?! E que tempo para ser criança?



Mª José Araújo

(Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto)

RESUMO: O programa da Escola a Tempo Inteiro (ETI) e a organização, nas escolas públicas, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) - atividades lúdico-expressivas de grande importância na vida das crianças e dos profissionais que com elas trabalham - criou um novo espaço público de educação que está, constantemente, a ser reequacionado pelos diferentes atores políticos.

O conceito e práticas do programa da Escola a Tempo Inteiro, numa primeira fase, foi marcado pela ideia de possibilitar uma oferta social aos pais e encarregados de educação das famílias mais carenciadas social e economicamente, que passaram a ter um espaço onde “deixar” as crianças enquanto trabalham e a usufruir de mais uma oferta educativa. Mas que numa segunda fase, se estendeu a todas as crianças que frequentam a escola pública..



Carlos Neto

(Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa)

RESUMO: Todas as crianças e jovens guardam boas recordações e representações mentais do espaço das escolas que frequentaram no seu percurso educativo (experiências formais e não formais, as dinâmicas de grupo com os amigos, relação com os adultos, percepção e representação do espaço físico, jogos e aventuras em espaço natural e construído, a vivência de margens de risco e segurança e vivência de situações arriscadas, as percepções subjetivas do corpo em ação, dos espaços e paisagens arquitetónicas das escolas, etc.). Estas experiências vividas nos espaços escolares por crianças e jovens, constituem-se como uma memória que permanece para sempre como uma identidade de lugares (vivência do tempo), pessoas (professores e amigos), formas de mobilidade do corpo (casa-rua-escola) e identificação de espaços imaginários, corpos ativos e aventuras inesquecíveis.

18 de maio (17h00 - 20h00)

Lidar com a indisciplina na escola



Ana Paula Monteiro

(Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

RESUMO: A escola partilha um conjunto de características que acarretam tensões e conflitos. O desafio atual passa por desenvolver uma educação para a convivência e para a gestão construtiva das conflitualidades, no sentido de se

construir uma cultura de paz e de salutar convivência. Tendo por base esta perspectiva, a presente comunicação aborda a indisciplina e o conflito centrando-se nos seus fatores geradores, consequências e na gestão destas questões de convivência escolar. É dado especial destaque à mediação escolar enquanto metodologia de gestão construtiva de conflitos.



Mª do Céu Ribeiro

(Departamento de Ciências de Educação e Supervisão do Instituto Politécnico de Bragança)

RESUMO: Lidar com a indisciplina na escola foi, é, e será um desafio para todos os professores. Os professores, na sua atividade profissional, sentem, com frequência, dificuldades em lidar com os problemas disciplinares na sala de aula. Esta é uma evidência presente em múltiplos estudos nacionais e internacionais, facto que estimula investigadores, formadores das instituições de formação inicial de professores e os próprios professores ao questionamento das práticas de formação e das práticas em contexto de sala de aula.

Leva-nos igualmente a problematizar, no quadro do processo de Bolonha, as estruturas curriculares da formação de professores; debater propostas didáticas inovadoras no âmbito da docência e a refletir sobre as práticas nos diversos contextos.

É neste quadro que se pretende orientar o debate ou seja em torno da formação inicial de professores, do desenvolvimento da competência relacional e de gestão de sala de aula e sua relação com a prevenção da indisciplina, assumindo sempre que o professor é uma pessoa e que o professor pode fazer e faz a diferença.



João Lopes

(Departamento de Psicologia Aplicada da Universidade do Minho)

RESUMO: A indisciplina nas escolas e, em particular, nas salas de aula, constitui uma questão complexa que não se reduz a um problema técnico e/ou científico. Na verdade, dado que a disciplina/indisciplina se estrutura em torno da organização do poder num determinado espaço público, constitui antes de mais um problema político e educacional de relevo (Lopes & Oliveira, 2017). Nesta comunicação, serão apresentados os resultados de um estudo sobre percepções de professores do Ensino Básico acerca da indisciplina, sendo deles retiradas algumas ilações quanto à forma de lidar com o problema.



Tatiana Louro da Bela

(Psicóloga)

RESUMO: Num mundo em acelerada mudança a profissão docente atravessa um momento desafiante havendo até quem diga que nunca foi tão difícil ser professor. Com efeito é sobejamente sabido que hoje em dia o exercício da profissão docente é desgastante, levando muitas vezes ao desinvestimento na carreira e ao aparecimento de diferentes quadros clínicos (entre os quais burnout, depressão, ansiedade...)! Diferentes estudos demonstram que a indisciplina é um dos principais problemas em sala de aula, sendo que as estatísticas nacionais reportam que em Portugal são mais de 206 mil as participações disciplinares dos alunos num só ano em média nos diferentes agrupamentos escolares nacionais.

Não sendo um fenómeno novo nem tão pouco recente a verdade é que se constitui como um problema atual e bastante pertinente no seio da comunidade educativa, dada a sua frequência e impacto marcadamente negativo no processo de ensino-aprendizagem.

Num contexto educativo sedento de mudança, urge refletir sobre estratégias práticas de atuação facilitadoras de uma aprendizagem cada vez mais consciente e holística com vista à promoção do sucesso educativo e do bem-estar geral!

“Se quer mudar o mundo... comece por mudar a Educação.”
Nelson Mandela

1 de junho (17h00 - 20h00)

Identidade Profissional, Profissionalismo e o ato de ensinar



Isabel Baptista

(Faculdade de Educação e psicologia da Universidade Católica Portuguesa)

RESUMO: Enquanto profissionais qualificados para a formação de outras pessoas, os professores atuam como mediadores privilegiados entre gerações, culturas e tradições, contribuindo decisivamente para “dar rosto ao futuro” num mundo cada vez mais desafiante, complexo, vulnerável e incerto. Uma responsabilidade humana e social de importância crucial e que, transcendendo amplamente a esfera de competências de ordem técnico-científica, obriga a que o ato de ensinar seja vivido como uma experiência de autoridade e liberdade. Neste sentido, torna-se urgente refletir sobre os ideais de profissionalidade e profissionalismo que importa afirmar e desenvolver, visando assegurar condições de autorização e dignificação da função docente.



António Teodoro

(Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)

RESUMO: A produção das identidades resulta da convergência de dois processos, o biográfico e o relacional. O primeiro, o da identidade para si, decorre no tempo e resulta de uma construção pelos indivíduos de identidades sociais e profissionais a partir das categorias oferecidas por instituições como a família, a escola, o mercado de trabalho ou a empresa, consideradas acessíveis e valorizantes. O segundo, o da identidade para os outros, diz respeito ao reconhecimento das identidades associadas aos saberes, competências e imagens que os indivíduos dão de si próprios nos sistemas de acção em que participam, num dado momento e num determinado espaço de legitimação.

Assumindo este conceito de identidade, qual o papel de um sindicato na construção da profissionalidade docente, entendida como uma categoria relacionada com a qualidade da prática profissional, a integridade da prática docente e da dimensão social e pessoal do docente, a responsabilidade individual e comunitária, e o compromisso ético e político?